

CLACSO
PREMIO EDER SADER

Sociedade Civil e a eParticipação em Políticas Públicas: o Índice de Participação Política e Influência (IPPI) do Instituto Pólís e do Portal Mobilize Brasil

Cláudio Luis Camargo Penteadó (UFABC)*
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (UFPB)**
Rafael de Paula Aguiar Araújo (PUC-SP/FESPSP)***

* e-mail: claudio.penteadó@ufabc.edu.br

** e-mail: marceloburgos@cchla.ufpb.br

*** e-mail: rafa77@uol.com.br

Resumo

Por seu caráter interativo e colaborativo, a internet possibilita aos usuários uma maior participação na vida pública da sociedade. A participação política por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a eParticipação, permite ampliar e aprofundar a atuação cidadão processo político. No contexto no qual as organizações da sociedade civil, além de exercerem pressão, têm atuado em parceria com os governos, a partir do paradigma de rede, essas organizações passaram a, apropriar-se das TIC para promover suas diversas atividades e ativismos. Dentro desse recorte, essa pesquisa apresenta uma análise comparativa de dois atores da sociedade civil organizada, Instituto Pólis e Mobilize Brasil, que estão se apropriando das ferramentas digitais para promover suas ações no ambiente público. O estudo procura dar ênfase à capacidade de influência dessas instituições sobre o processo decisório de políticas governamentais. Para a realização do estudo, foi aplicado o Índice de Participação Política e Influência (IPPI), que procura identificar o grau de influência exercido pelas organizações da sociedade civil sobre o ciclo de políticas públicas.

Palavras-chave: Participação Política, TIC, Políticas Públicas, eParticipação, Empoderamento, Instituto Pólis, Mobilize Brasil.

Resumen

Por su carácter interactivo y colaborativo, Internet posibilita a los usuarios una mayor participación en la vida pública de la sociedad. La participación política por medio de las Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC), la eParticipación, permite ampliar y profundizar la participación ciudadana en el proceso político. Actualmente las organizaciones de la sociedad civil, además de ejercer presión, han actuado en alianza con los gobiernos. A partir del paradigma de red, esas organizaciones apropiándose de las TIC para promover sus diversas actividades y activismos. Dentro de este contexto, esta investigación presenta un análisis comparativo de dos actores de la sociedad civil organizada, Instituto Pólis y Mobilize Brasil, que están apropiándose de las herramientas digitales para promover sus acciones e intervenciones en el ambiente público. El estudio procura dar énfasis a la capacidad de influencia de esas instituciones sobre el proceso decisório de políticas gubernamentales. Para la realización del estudio fue aplicado el Índice de Participación Política e Influencia (IPPI), que procura identificar el grado de influencia ejercido por las organizaciones de la sociedad civil sobre el ciclo de políticas públicas.

Palabras-clave: Participación Política, TIC, Políticas Públicas, eParticipación, Empoderamiento, Instituto Pólis, Mobilize.

Abstract

Due to its collaborative and interactive features, the Internet allows users greater participation in society's public life. Political participation through Information and Communication Technologies (ICT), the eParticipation, allow broader and deeper citizen participation in the political process. Currently civil society organizations, in addition to generating pressure, have worked in partnership with governments, taking into account the network paradigm, these organizations have to act within the institutional frameworks, appropriating ICT to promote its various activities and activism. Given this context, this research presents a comparative analysis of two actors of Brazilian civil society, Polis Institute and Mobilize Brazil, which are utilizing digital tools to promote their public actions and interventions. The analysis seeks to emphasize these institutions' ability to influence the government policies decision making process. For this study, the Politics and Participation Influence (IPPI) Index was applied, in an attempt to identify the degree of influence carried out by civil society organizations within the public policy cycle.

Keyword: Political Participation, ICT, Public Policy, eParticipation, Empowerment, Polis Institute, Mobilize.

Introdução

A sociedade em rede, tal como a definiu Manuel Castells (1999), tem se consolidado graças à popularização da internet e a aceleração do desenvolvimento tecnológico. Essa realidade vem produzindo novas dinâmicas nas relações sociais e novos processos políticos. A população mundial, conectada ao ciberespaço, passou a desenvolver algumas de suas atividades cotidianas com a mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A velocidade e a facilidade de acesso à informação e a essas ferramentas permitiram aos interagentes o estabelecimento de novos hábitos no trabalho, no entretenimento, na sociabilidade e, também, nas atividades políticas.

O relatório da Pesquisa Brasileira de Mídia 2014¹, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), aponta que a internet já é o segundo meio de comunicação preferido pelos brasileiros com 13,1%, atingindo 25% da preferência entre jovens de 16 a 25 anos, ficando atrás somente da televisão. Esse dado indica que está, de fato, ocorrendo uma mudança fundamental no consumo de mídia, principalmente por existir uma tendência de aumento do acesso à internet como fonte de informação em substituição ao rádio, jornais, revistas e a própria televisão. A pesquisa aponta que a maioria dos usuários (53%) tem o hábito de acessar a internet todos os dias da semana, com média de uso superior a três horas e trinta minutos por semana. Os resultados confirmam que as TIC não substituem necessariamente a mídia tradicional. Ocorre uma convergência midiática, pela qual muitos dos conteúdos produzidos em outras mídias são retransmitidos pelo ciberespaço; além disso, a internet, por sua velocidade de circulação da informação, passa a pautar a agenda dos outros meios de comunicação.

Os dados em si confirmam o crescimento da importância da internet como espaço de comunicação, não só no Brasil, mas em todo o mundo, formando uma nova esfera pública interconectada (Dahlgren, 2005) através da qual as pessoas, conectadas em rede, passam a participar ativamente do processo de produção, circulação e transmissão de informações.

Nos últimos anos, em diversas localidades do globo, ocorreram manifestações que foram organizadas e articuladas por meio dos canais de comunicação da internet, principalmente as redes sociais, que criaram condições para a rápida e livre divulgação de informações, possibilitando a mobilização dos manifestantes (Castells, 2013b). As TIC exerceram um papel central em protestos

¹ Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf>. Acesso em 27/08/2014.

no Egito contra o ditador Mubarak (Wilson & Dunn, 2011), no movimento dos Indignados de Madri – 15M (Barba & Blanco, 2011; Subirats, 2011), nas ocupações realizadas nos EUA, o Occupy Wall Street (Penney & Dadas, 2014) e nas Jornadas de Junho no Brasil de 2013 (Parra, 2013), para citar apenas alguns exemplos.

Por seu caráter interativo e colaborativo, a internet possibilita a seus usuários uma maior participação na vida pública da sociedade. A participação política por meio das TIC, a chamada eParticipação, permite ampliar e aprofundar a participação cidadã no processo político, permitindo aos cidadãos conectarem-se uns com os outros e com seus representantes políticos (Tambourius *et al.*, 2007) para atuarem no processo de tomada de decisão (Macintosh, 2004) e ter um papel mais ativo na vida política de sua comunidade.

Apesar da maioria dos estudos sobre eParticipação serem voltados para a análise de experiências desenvolvidas e gerenciadas pelo Estado, a internet por sua organização em rede permite que a sociedade civil, em sua heterogeneidade (Maia, 2011), possa criar mecanismos de divulgação de informação política, participação, mobilização, debate e engajamento *online*.

Os estudos sobre a eParticipação podem ser associados a um contexto de reforma do Estado, pelo qual ocorre um novo arranjo político voltado para a maior participação da sociedade civil (Bresser-Pereira, 1999). No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF88) também contribuiu para isso ao estimular mecanismos de participação dos cidadãos nas esferas públicas através de proposições, participação em conselhos e reuniões. Essas novas formas de participação cidadã são estimuladas e facilitadas pelas TIC diminuindo o custo de participação dentro de iniciativas promovidas pelos governos, permitindo que a sociedade civil possa ter um papel mais ativo (Araujo *et al.*, 2013). Ainda assim, a participação política encontra alguns entraves como os desenhos institucionais, a falta de informação, a apatia política e a desconexão entre representantes e representados (Maia, 2011).

Algumas formas de mobilização da sociedade civil acompanham as transformações da conjuntura política e as mudanças tecnológicas. Essas organizações deixaram de ser somente formas de pressão e protesto contra o Estado e passaram a atuar também em parceria com os governos, tornando-se mais ativas e propositivas. Essas mudanças são exemplos da nova permeabilidade ou capilaridade do Estado em relação à sociedade civil desenvolvida a partir de novos desenhos institucionais da administração pública, além do estímulo constitucional e das tecnologias desenvolvidas, como já citado. Atuando dentro do paradigma de rede e em parceria com outros atores sociais, essas organizações da sociedade passam a agir dentro dos marcos institucionais (Gohn, 2013), apropriando-se das TIC para promover suas diversas atividades e ativismo. A rede mundial de computadores torna-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento das estratégias de ação, assim como um espaço vital para a realização de

demandas, criando condições para uma participação mais ativa dos cidadãos.

Dentro de um contexto de questionamento do papel do Estado (influenciado por políticas neoliberais e adoção de prática participativas) e a intensificação do uso das TIC, condições que favorecem a maior atuação política de determinados grupos sociais, esse artigo apresenta uma análise comparativa de dois atores da sociedade civil, Instituto Pólis e Mobilize Brasil, que estão se apropriando das ferramentas digitais para promover suas ações, enfocando sua capacidade de influência na ação e participação política, principalmente, sobre o ciclo de desenvolvimento de políticas públicas.

Para a realização do estudo comparativo, entre essas duas iniciativas, foi aplicado o Índice de eParticipação Política e Influência (IPPI) que procura identificar o grau de influência das organizações da sociedade civil, que utilizam a internet em suas ações, dentro do ciclo de políticas públicas. O IPPI, criado dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a partir das teorias e estudos sobre e-participação, ciberativismo, comunicação política e políticas públicas, tem como objetivo identificar os diferentes níveis e possibilidades de influência das ações que envolvem, de alguma forma a internet no ciclo de políticas públicas (Araújo *et al*, 2013, Santos *et al*, 2013).

Por meio do estudo do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil, o estudo visa contribuir de maneira empírica na avaliação dos efeitos que o uso das TIC exerce nas organizações sociais sobre o ciclo das políticas públicas, construindo uma metodologia confiável de pesquisa que permite analisar essa nova forma de ativismo sociopolítico, que atua dentro do paradigma de rede, com ações no mundo *online* e *offline*.

Internet, eParticipação, Sociedade Civil e Políticas Públicas: a construção do IPPI

O desenvolvimento das TIC e a expansão da internet indica a necessidade de uma mudança na concepção de política e democracia, incorporando a cidadania de maneira direta, comunitária e autônoma (Subirats, 2011). Castells (2013b) propõe novas concepções da ação e do fazer político a partir de redes independentes ao poder público institucional.

As TIC criam condições para a ampliação da participação civil dentro do processo político por meio dos canais de comunicação interativos e colaborativos. O uso dos diferentes dispositivos comunicacionais da web oferece espaços para o engajamento dos cidadãos e maior influência sobre o processo de tomada de decisão (mesmo que a decisão final ainda fique restrita ao governo), contribuindo para a formação de práticas de e-democracia, como o caso da reforma da constituição da Islândia por meio de técnicas de *crowdsourcing* (Freeman & Quirke, 2013).

A participação cidadã por meio do uso das TIC insere-se em um amplo debate que envolve as possibilidades de transformações no campo político através do uso da eParticipação. Esse termo,

dentro da literatura da área, possui diferentes definições. Para esse estudo utilizamos a definição de Medaglia (2012), Macintosh (2004) e Tamboribus *et al* (2007) que a compreendem a partir do uso que diferentes instituições e cidadãos fazem das TIC para apoiar e dar suporte a tomada de decisão democrática, de forma a criar oportunidades para consulta e diálogo entre governantes e governados, a partir das diferentes ferramentas de comunicação digital.

O campo de estudo de práticas e iniciativas de eParticipação mostra um grande dinamismo na agenda de pesquisa. Medaglia (2012), ao analisar as diferentes contribuições acadêmicas sobre o tema, indica que novos estudos devem mudar o foco de ações governamentais para as práticas desenvolvidas pelos cidadãos e *stakeholders*. A emergência da web 2.0 tornou os usuários mais ativos no uso dos recursos da internet, criando condições para que os cidadãos e a sociedade civil tenham um papel mais ativo nas atividades de e-participação pelo uso de dispositivos participativos, interativos e colaborativos. Desta forma, a sociedade civil tem maior capacidade de ter coordenação, comunicação, cooperação dentro do processo político, por meio de mecanismos que os habilitam a discutir e fazer parte do processo de tomada de decisão e possam contribuir e influenciar nos assuntos públicos e na agenda de políticas públicas, contribuindo para tornar os processos participativos mais democráticos.

Uma das dimensões chaves para a eParticipação é o uso da tecnologia de comunicação (Macintosh, 2004). O uso criativo das ferramentas existentes (como sites, blogs, redes sociais de internet, etc) são importantes meios de mobilização, divulgação de informações, debate, criação de fóruns de discussão e outras formas participativas que promovam o engajamento do cidadão de maneira que esse possa ter um papel mais ativo dentro das políticas institucionais e, mais especificamente, no ciclo das políticas públicas. O uso das ferramentas contribui para a criação de canais de comunicação alternativos, pelos quais os movimentos sociais podem reproduzir seu próprio discurso e ampliar o repertório de mobilização e ação (*online* e *offline*) (Pereira, 2011). Essas ferramentas criam condições técnicas para que os cidadãos sejam incluídos no *fazer democrático*.

Mais recentemente, a popularização das Redes Sociais de Internet (RSI) transformam essas plataformas em importantes espaços para o debate político. As RSI se caracterizam pelo papel ativo dos usuários na produção, transmissão e circulação de informações. Nesse sentido, algumas práticas de eParticipação vêm sendo desenvolvidas nesses ambientes. Taylor-Smith & Lindner (2010) destacam que as RSI podem ser utilizadas para a discussão e formulação de políticas públicas, como o projeto HUWY (Hub Websites for Youth Participation) desenvolvido na Estônia, Irlanda, Alemanha e Reino Unido, apresentado no workshop “Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle”, durante a Conferência EDEM 2009 em Viena. Os casos apresentados no workshop ilustram como aplicar ferramentas de RSI para aumentar

a eficiência da participação cidadã no processo de produção de políticas públicas com exemplos de experiências com o uso do Facebook, blogs, Twitter e outras redes sociais para estimular a participação cidadã nos processos políticos.

O uso desses dispositivos oferece condições para o desenvolvimento de diversos tipos de ação política *online* (webativismo): difusão de informações, articulação com outros grupos, mobilização, engajamento, construção e alimentação de fóruns de discussão, pressão sobre os agentes públicos, etc.

Outro fator importante na ação política da sociedade civil é a capacidade de mobilização de recursos (financeiros, materiais, políticos e humanos) de alguns grupos em prol de suas causas. Dessa forma, a capacidade e qualidade das instituições reunirem *atores* e *capital social* são importantes fatores na prática ativista das organizações. Na atual configuração da sociedade contemporânea, caracterizada pela heterogeneidade social, a sociedade civil tende a se organizar em redes organizacionais de movimentos (com diferentes identidades, mas com atuação em conjunto), que pela formação de parcerias e alianças estratégicas conseguem ampliar seu poder de capitalização de recursos, possibilitando a transposição de fronteiras territoriais, articulação em diversos níveis de atuação e promovendo uma nova forma de ativismo (Scherer-Waren, 2006).

Nesse novo formato de atuação, os atores (sejam coletivos ou individuais) com maior capacidade de conexão de redes são importantes fontes de poder dentro da conjuntura da Sociedade em Rede (Castells, 2013a). A habilidade na formação e conexão de redes com diferentes setores da sociedade é um elemento central dentro da prática política contemporânea. A ligação com grupos, indivíduos e instituições são fatores centrais para a promoção da cooperação, engajamento e criação de redes informais que permitem a acumulação de recursos políticos e financeiros (Diani, 2003).

O conceito de capital social, por sua vez, possui diferentes leituras, mas pode-se compreender que este está relacionado aos recursos que um indivíduo ou grupo consegue mobilizar a partir de suas conexões sociais. O capital social pode ser acumulado e advém do investimento e dedicação do ator em suas relações sociais, possuindo assim uma dupla dimensão: investimento e benefícios (Recuero, 2012).

A posse de capital social permite a formação de relações de confiança (e credibilidade) entre atores sociais dentro do espaço público, criando condições para a atuação coletiva em busca de benefícios mútuos (Putnam, 2006). Assim, os grupos ativistas da sociedade civil buscam investir em ações para acumular prestígio e confiança, para que possam dessas relações extrair recursos para suas causas e ações.

As relações de cooperação (laços), desenvolvidas por meio de relações de confiança, são fatores essenciais no processo de recrutamento dos movimentos sociais, exercendo um importante

papel de socialização ao criar oportunidades para o engajamento individual e reduzir o custo da participação (Diani, 2003). A formação de redes de movimentos sociais ou outras formas de organização da sociedade civil também exercem a função de conexão estrutural entre os membros e participantes, ampliando sua capacidade de influência, pressão e mobilização, trabalhando em uma dupla dimensão: agência e estrutura (Passy, 2003).

Outro elemento considerado para a construção do IPPI é a eParticipação em si. As dimensões da eParticipação ainda são muito vagas existindo divergência nas categorias que estas englobam. Fato importante até aqui é que o engajamento na participação política tem procurado romper com o modelo *top-down* (do Estado para a sociedade civil ou de governantes para cidadãos) existentes em grande parte das políticas públicas desenvolvidas. Esse modelo ignora ou diminui a participação política cidadã. Assim, mais recentemente, observam-se modelos *botton-up* que emergem da sociedade civil e influenciam as políticas adotadas pelo Estado.

Wilson Gomes (2011) faz uma interessante distinção entre ação e participação, ao refletir sobre participação política e internet. Para o autor a ação está mais ligada a um conjunto de atividades individuais como buscar informação, acompanhar e ler blogs e sites, entre outros exemplos. A participação, por sua vez, está diretamente ligada a um perfil ativo, como escrever em blogs e sites, fazer campanhas, assinar petições etc. A primeira pode fomentar a segunda, mas não se trata de participação em sentido estrito.

A eParticipação tem colaborado para a promoção de novos meios de partilhar responsabilidades entre governos e cidadãos, uma vez que abre espaços de interlocução entre estes dois entes, empoderando entidades e organizações sociais na intervenção e atuação da vida política. Por um lado, o uso das ferramentas das TIC possibilita o envolvimento da sociedade civil na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade (Meijert *et al.*, 2009). Por outro, auxilia no mecanismo de responsividade do Estado ao dar ouvidos aos anseios cidadãos, auxiliando, com isso, em uma das prerrogativas atuais da democracia, possibilitando sua qualificação (Rennó *et al.*, 2011).

As organizações observadas nesta pesquisa, assim como muitas outras, utilizam o ciberespaço em suas ações políticas, que podem ser classificadas em seis categorias de análise, a saber: (i) eInformação; (ii) eConsulta; (iii) eMobilização; (iv) eEngajamento; (v) eDeliberação e; (vi) eEmpoderamento.

Segundo Araújo *et al* (2013a) e Tamboribus *et al* (2007) é possível definir essas categorias. Como eInformação compreende-se um canal de informação para os cidadãos a respeito do tema a que se refere uma ação. Vale a ressalva que os sites da internet são primordialmente canais de comunicação e publicização de ideias e valores. A eConsulta consiste em um canal de comunicação *online* para coletar do público desejos, respostas e alternativas para diferentes problemas. A

eMobilização é interpretada como uma ação de estímulos e convocação em campanha de determinadas iniciativas e medidas na defesa de alguma ideia ou valor por parte de grupos sociais e políticos.

A categoria eEngajamento ocorre quando os cidadãos compreendem a importância de valores e ideias que acreditam ser significativas em seu envolvimento e defesa em relação a outras proposições discordantes. Ela difere da eMobilização por contar com uma participação mais ativa dos cidadãos. A eDeliberação implica o auxílio na resolução de um impasse ou problema no processo de tomada de decisão, ou ainda em um planejamento de uma ação política a partir da discussão e debate entre atores sociais que se interessam sobre o tema proposto. Por fim, o eEmpoderamento significa a transferência da influência, do controle, da proposição e da formulação de políticas (ou discussões públicas) para a população em geral ou mais especificamente para os cidadãos envolvidos nas discussões políticas.

Os grupos da sociedade civil que atuam dentro do ciberespaço se valem de diferentes estratégias com o intuito de formar agendas capazes de contribuir de alguma forma para o desenvolvimento de políticas. A partir do uso das TIC as estratégias passaram a ser adotadas pelos grupos de acordo com os diferentes contextos e objetivos. Algumas dessas estratégias já foram testadas em distintas ocasiões e podem ser organizadas em grupos. O potencial de mobilização em torno de um discurso e/ ou uma identidade é um fator essencial na prática política dos movimentos sociais como apresenta Castells (2013b) ao discutir sobre o poder da identidade na *Sociedade em Rede*. As estratégias variam de ações simplesmente informativas a ações que congregam geração de conteúdo, mobilização e formação de lideranças.

A principal estratégia de mobilização utilizada pelos coletivos é a criação de eventos no Facebook e a convocação em cascata. Algumas instituições também procuram elaborar e disseminar conteúdos e promover sua circulação nas RSI. Aqui, é possível observar uma nova dinâmica nos usos da internet uma vez que, os sites nem sempre são a principal fonte de publicização de ideias das instituições pois algumas delas usam os espaços das RSI para ampliar a divulgação de seus projetos, propostas, ideias e valores.

Outra estratégia identificada é a criação de eventos artísticos, culturais e educacionais, tais como seminários, debates e cursos de formação como meio criativo de mobilização e engajamento. Também ocorre o uso de mensagens SMS, criação de enquetes, cadastramento de usuários, envolvimento de pessoas públicas e a circulação de vídeos.

Merece destaque o fato de que algumas instituições reconhecem a necessidade de manter atividades presenciais, tais como reuniões e grupos de debate, o que evidencia uma estratégia menos imediatista e com aspectos formativos. Ainda é possível identificar como estratégia a participação em órgãos governamentais, tais como os conselhos municipais, e a participação de

editais para a obtenção de financiamentos públicos para, com isso, ser possível ampliar o alcance das ações.

Outro ponto fundamental identificado na atuação estratégica da sociedade civil, em suas mais diversas formas, é o uso dos meios de comunicação tradicionais de maneira a ampliar a repercussão das ações. Essa tática consiste na produção de conteúdos com o intuito de construir um capital social relevante capaz de servir de referência a jornalistas e, em alguns casos, para o próprio poder público, garantindo maior legitimidade (Lavalle *et al*, 2006) para a ação desses grupos, coletivos e organizações. Com isso, determinada organização ou movimento acaba ocupando espaço na mídia tradicional, o que confere uma ampliação do alcance e da divulgação das ações. Outra estratégia adotada implica o envolvimento em ações específicas de atores sociais com capital simbólico, como intelectuais, artistas e esportistas, com o intuito de ampliar a audiência e a participação.

Contudo, a articulação política *online* precisa ter uma conexão com a prática política *offline* (política institucional), principalmente em relação a influência sobre políticas públicas. O uso dos canais de participação política e capacidade de influenciar órgãos e representantes políticos procura garantir que as ações desenvolvidas tenham efetividade seja para participar da formação da agenda, formulação de alternativas, para a sua implementação e a avaliação de políticas, projetos, planos de governo e mesmo para garantir maior *accountability*.

Algumas instituições da sociedade civil possuem credibilidade (assim como capacidade de mobilização de recursos) suficiente para gerar conteúdos e formatar discursos que ganham espaço na web e nos meios de comunicação de massa. Outras instituições conseguem pautar a agenda do poder público preenchendo espaços de participação como conselhos municipais e consultas públicas. A presença de profissionais qualificados nessas ocasiões obriga os gestores públicos a incorporarem ideias e adotarem metas específicas em suas políticas (Santos *et al*, 2013).

O conhecimento do potencial de influência das ações adotadas por uma instituição pode significar um maior entendimento da relação entre governantes e governados no atual estágio de desenvolvimento da democracia (Araújo *et al*, 2013b). O empoderamento do cidadão corresponde a uma nova fase de um longo processo de amadurecimento, tal como afirma Subirats:

A proposta de uma outra democracia, a proposta de uma democracia do comum, aqui parcialmente exposta, mas presente em muitos lugares e experiências em todo o mundo, está ganhando terreno e está presente na crescente mobilização social em todo o mundo. Não há dúvidas de que continuaremos falando dela e, melhor ainda, que continuaremos a experienciá-la (2011, p. 103).

Vale notar que a importância das ações adotadas é ampliada na medida em que as estratégias

usadas contemplam a incorporação de atores sociais ao ciclo de desenvolvimento de políticas. As instituições deixam de ser meramente consultivas e passam a figurar junto aos gestores, contribuindo diretamente para a implementação e avaliação das políticas. Essa situação é ainda pouco comum, mas é possível verificar a cada dia uma ampliação dessa tendência em determinadas instituições, o que pode representar uma mudança na qualidade dos processos democráticos.

Mesmo atuando dentro do ciberespaço, a ação política dos grupos e organizações da sociedade civil precisa conseguir espaço dentro dos canais de comunicação da chamada mídia tradicional, como um importante elemento para o aumento do capital político e capacidade de mobilização de recursos. O atual modelo de comunicação se caracteriza não pela formação de esferas públicas comunicacionais concorrentes, mas pela convergência entre a esfera da web e dos *mass media* tradicionais. O potencial de navegar nesses dois ambientes é um fator central para que os elementos apontados acima se concretizem de forma efetiva.

A pesquisa realizada pelo IBOPE² para a realização do Índice de Confiança Social – 2014 revela que embora as taxas de confiança dos brasileiros tenham caído nos últimos anos em vários aspectos institucionais, os meios de comunicação, em geral, ainda mantêm credibilidade perante os brasileiros. Nos números do IBOPE é possível observar que, em termos institucionais, os meios de comunicação ocupam o quarto lugar geral na confiabilidade brasileira, ficando atrás do Corpo de Bombeiros (1º lugar), Igrejas em geral (2º) e Forças Armadas (3º). Embora os números da confiança dos meios de comunicação estejam em declínio (de 71% em 2009 para 54% em 2014) ainda podem ser considerados altos em relação às outras instituições. Ademais a queda da confiança atinge todas as instituições averiguadas pelo instituto no mesmo período.

Essa crise das instituições brasileiras afeta a própria ideia de democracia no Brasil (Moisés, 2010 e Moisés & Meneguello, 2013). Entretanto, por mais que a internet ocupe espaços cada vez mais amplos na sociabilidade, na ação e na participação política no Brasil atual, os meios de comunicação ainda gozam de prestígio e confiança, e principalmente se consolidam como principal esfera pública pela qual a população consome informação, conforme aponta a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 (citada anteriormente). Entretanto, é cada vez mais comum e usual a capacidade que as organizações que se organizam nas e pelas TIC têm de pautar assuntos e debates na mídia tradicional, como veremos adiante.

Descrição e mensuração das dimensões do IPPI

² O IBOPE é o maior instituto de pesquisa da América Latina. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/Paginas/home.aspx>>.

A mudança no perfil de atuação da sociedade civil, conforme indicada na introdução do texto, abre caminho para que as entidades civis tenham uma participação mais ativa na vida pública. Os mecanismos de comunicação interativos e colaborativos da internet criam condições para que esses grupos da sociedade desenvolvam novas atividades políticas, principalmente no exercício de influência sobre políticas públicas setoriais. Com o objetivo de estudar essa prática, foi criado o Índice de eParticipação Política e Influência (IPPI), que visa avaliar como a sociedade civil, dentro de sua heterogeneidade, está usando os recursos da internet para promover a participação cidadã e conseguir influenciar o processo de desenvolvimento de políticas públicas em pelo menos alguma etapa do ciclo.

A avaliação da participação (eParticipação) e influência sobre políticas públicas envolve uma série de fatores complexos, que representam dificuldades metodológicas. Há a necessidade de uma múltipla dimensionalidade que abarca conhecimentos teóricos de diferentes campos de conhecimento como Ciência Política, Políticas Públicas, Comunicação Política, Sociologia, Ciência da Informação e áreas de pesquisa como eParticipação, ciberativismo, movimentos sociais, etc.

O Índice de eParticipação Política e Influência da sociedade civil no ciclo de políticas públicas possui 6 dimensões analíticas criadas com base na revisão da literatura sobre o tema, das diferentes áreas do conhecimento citadas acima. As dimensões tratam dos *Usos e recursos da internet* (D1); *Atores e capital social* (D2); *eParticipação* (D3); *Estratégias de mobilização* (D4); *Desdobramento da ação e relação com PPs* (D5) e; *Repercussão na mídia tradicional* (D6).

O desenvolvimento dessas categorias procura analisar a capilaridade das relações entre sociedade civil e Estado por meio dos usos da internet tanto na mediação e articulação, quanto na repercussão das ações desenvolvidas pelos diferentes grupos. As categorias foram pensadas com o intuito de dar forma aos distintos níveis de participação política *online* e *off-line* e as diferentes estratégias adotadas pelos grupos com o intuito de influenciar de alguma forma o processo de desenvolvimento de políticas.

Nesse sentido, o modelo de mensuração construído é formado pelas 6 dimensões citadas acima e detalhadas no quadro abaixo. As dimensões visam integrar esses diferentes referenciais teóricos e metodológicos em uma ferramenta de análise e avaliação prática que facilite o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Elas procuram também verificar o potencial de influência exercido por grupos da sociedade civil, por meio do ativismo digital e sua ingerência sobre o ciclo de políticas públicas, evidenciando um novo *modus operandi*.

O quadro abaixo com a descrição das dimensões de análise do IPPI também apresenta a forma de mensuração de cada uma delas, que varia de uma escala de 0 a 5, conforme detalhado abaixo:

Quadro 1: Dimensões do IPPI

Dimensões do IPPI	Descrição	Mensuração
1. Uso dos recursos da internet	Identificação e avaliação dos dispositivos comunicacionais que o grupo/ coletivo utiliza em uma ação ativista	0 - quando não utiliza recursos da internet 1 - quando somente utiliza um site 2 - quando utiliza além do site, redes sociais, Youtube 3 - quando o site oferece ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PP 4 - quando o site e redes sociais oferecem ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PP 5 - quando os usuários podem participar da produção de propostas e ações do grupo ciberativista
2. Atores e capital social	Identificação e classificação dos atores envolvidos quanto ao seu capital social para a mobilização de recursos financeiros e mobilização de pessoas	0 – quando os atores envolvidos não possuem ligações com outros grupos ou instituições 1- quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais locais/ regionais 2- quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais nacionais 3 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais internacionais 4 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais e possuem vínculos com instituições públicas 5 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais, possuem vínculos com instituições públicas e atuam dentro dos mecanismos de representação política
3. eParticipação	Identificação e classificação das formas de eParticipação webativismo (com base nas categorias desenvolvidas por Tamborius et al, 2007 e Araújo et al, 2013)	0 – eInformação: quando há apenas informação para cidadãos 1 – eConsulta: quando possibilita o recolhimento de informações do público em geral 2 – eMobilização: quando a ação de estímulo e convocação na defesa de valores e ideias 3 – eEngajamento: quando além das características acima, os cidadão defendem suas ideias e valores em detrimento de outras 4 – eDeliberação: quando auxilia na resolução de impasses, tomadas de decisão a partir de discussão e debate entre atores políticos 5 – eEmpoderamento: quando há transferência de influência, controle, proposição e formulação de políticas a partir dos desejos e anseios cidadãos

<p>4. Estratégias de mobilização</p>	<p>Identificação e avaliação das estratégias de uso dos recursos do ciberespaço para a mobilização de recursos</p>	<p>0 – quando as ações são meramente informativas, sem interatividade, apenas pela página da instituição e não procuram encorajar o engajamento da sociedade na causa em questão.</p> <p>1 – quando as ações utilizam ferramentas básicas de comunicação como envio de e-mails e encorajam a mobilização apenas através de informações publicadas em sua página</p> <p>2 – quando ocorre a criação de eventos no facebook e outras formas de interação e mobilização nas redes sociais</p> <p>3 – quando ocorre a promoção da mobilização através de convocação em cascata e uso de torpedos, além das redes sociais</p> <p>4 – quando a mobilização ocorre através de uma somatória de estratégias que envolvem o uso das TIC e ocorre o uso dos meios de comunicação de massa para ampliação da mobilização</p> <p>5 – quando ocorrem ações de mobilização com utilização das ferramentas tecnológicas e utilização dos meios de comunicação de massa, além do desenvolvimento de ações offline de conscientização e promoção do engajamento social</p>
<p>5. Desdobramento da ação e relação com PPs</p>	<p>Verificar se após a realização de uma ação ou mobilização houve um desdobramento político: proposta de uma política pública, influência na formação da agenda, etc.</p>	<p>0 – quando as ações não são consideradas pelo poder público</p> <p>1 – quanto as ações são incorporadas a discursos, mas não são incluídas a projetos e a programas de governo</p> <p>2 – quando as ações são incorporadas a projetos novos ou influenciam a revisão e avaliação de agendas do governo</p> <p>3 – quando as ações são determinantes para a formação da agenda de governo e influenciam novos projetos e planos de metas para a gestão</p> <p>4 – quando as ações implicam a elaboração própria de políticas que são incorporadas pelos governos. O governo mantém para si a tarefa de implementação e avaliação.</p> <p>5 – quando as ações implicam a elaboração de diretrizes e projetos por parte da sociedade civil que são incorporadas pelo governo. O Estado permite o envolvimento da sociedade civil também na implementação e avaliação do projeto.</p>

6. Repercussão na mídia	Identificar se a ação ou mobilização teve repercussão nas mídias tradicionais e dentro do ciberespaço	0 - quando não há repercussão na mídia tradicional 1 - quando ocorrem referências indiretas da ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local 2 - quando ocorrem referências diretas à ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local 3 - quando ocorrem referências indiretas à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e tv) com ou sem referências a periódicos impressos 4 - quando ocorre referência direta à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e tv) com ou sem referências a periódicos impressos 5 - quando as ações são noticiadas e/ou comentadas de forma direta por meios eletrônicos e impressos com enquadramento propositivo, chamando a atenção do poder público
-------------------------	---	---

Fonte: elaboração dos autores

Sociedade civil organizada no Brasil: o Instituto Pólis e o Mobilize Brasil

Serão analisadas duas instituições da sociedade civil organizada que se utilizam das TIC em seu fazer político. Através de campanhas, informações, produção de conhecimentos, debates e outras formas de atuação, essas organizações auxiliam na promoção do debate de políticas públicas e possibilitam aos cidadãos que tenha voz frente ao poder público instituído, atuando nas três esferas de governo.

O Instituto Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – é uma Organização-Não-Governamental (ONG) de atuação nacional e internacional, fundada em 1987, portanto, antes do advento das TIC, mas que atualmente utiliza essas ferramentas para o desenvolvimento de seu trabalho. Tem atuado em parceria com outras organizações de interesses similares não apenas no Brasil, mas também no exterior, desenvolvendo formas de participação em redes globais e locais.

Constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal, o Instituto Polis volta-se para a atuação em políticas públicas que vinculadas aos temas: inclusão e sustentabilidade, reforma urbana, democracia e participação e cidadania cultural (desenvolvimento cultural, práticas de convivência e cultura de paz e defesa da democratização da comunicação e das mídias livres).

O Polis declara em seu portal que tem por objetivo atuar no plano das relações entre governantes e governados, buscando ampliar as formas de participação política da sociedade,

fortalecendo instituições e movimentos populares organizando fóruns e redes, oferecendo formação, realizando mapeamentos socioculturais, articulando ONGs, atuando em conselhos municipais, acompanhando a atuação do Estado e o processo de desenvolvimento de políticas.

O contexto histórico de criação do Polis contribui para a compreensão da forma como ele se estrutura e a forma como atua. Após o período de ditadura vivido pelo Brasil, o país começa a construir um novo modelo de organização política. O crescimento da pressão social possibilitou o surgimento de fóruns e a organização de redes de instituições representativas as mais diversas. Havia a necessidade de intervir no processo de desenvolvimento de políticas, procurando atender aos interesses da população, diminuindo um déficit social, restaurando o equilíbrio urbano e qualificando a máquina pública, tornando a administração mais eficiente e eficaz. Nesse contexto o Pólis foi sendo articulado com o intuito de orientar, sistematizar, analisar, difundir e debater práticas sociais inovadoras na gestão municipal, sempre articulando a ampliação e potencialização da participação popular.

Sempre mantendo em sua linha de ação os temas decorrentes da realidade urbana, em 1991 o Pólis se envolveu com a Rio 92, coordenando a elaboração do tratado *Por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis*, que se firmou como referência mundial na discussão da sustentabilidade das cidades. O Instituto passou a se destacar pela qualidade de seus trabalhos e as parcerias que conseguia estabelecer, passando a receber apoio de instituições nacionais e internacionais, no âmbito público e privado.

Uma série de fóruns foram organizados pelo Pólis ou contaram com sua ativa participação: Fórum da Reforma Urbana, Fórum Lixo e Cidadania, Fórum de Segurança Alimentar, Fórum Intermunicipal de Cultura, Rede da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, dentre outros. A presença em fóruns é usada pelo Polis como forma de promoção de novas estratégias e de atualização, assim, novos temas foram sendo incorporados ao longo de sua história, tais como tecnologias sociais, planos de desenvolvimento sustentável, mídias livres (Pólis Digital).

Vale frisar a estratégia mantida pelo Instituto de integração a redes e projetos de pesquisa internacionais. Com isso, o Pólis foi criando sua expertise e ampliando os recursos no exercício de suas atividades. Como exemplo, é possível citar o trabalho realizado com o International Development Research Council, do Canadá; com o Lincoln Institute, com o United Nations Research Institute for Social Development, organismo das Nações Unidas; ou da participação em diferentes redes articuladas com o Centre for Urban and Community Studies da Universidade de Toronto. Desde 1994 o Pólis também participa da construção nacional e internacional da *Aliança Por um Mundo Responsável e Solidário*, articulada pela Fondation Pour le Progrès de L'Homme, que desenvolve e estimula novas práticas culturais como a *Carta das Responsabilidades Humanas* e

a *Carta de Responsabilidade dos Artistas*. O Instituto Pólis também atua junto à UNICEF na criação da Plataforma dos Centros Urbanos.

Os meios de comunicação tradicionais e mesmo as administrações públicas passaram a recorrer ao Pólis e a produção de conteúdos realizada pelo instituto. Assim, o Centro de Documentação e Informação (CDI) recebem um grande número de consultas e o portal ultrapassou mil consultas diárias, consolidando-se como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas urbanas.

Outras experiências podem ser citadas como forma de dar materialidade ao trabalho desenvolvido pelo Pólis. Seu portal ostenta um imenso portfólio de projetos realizados e demonstra a viabilidade da articulação entre a sociedade civil e as diferentes esferas da administração pública. Os projetos representam ações de desenvolvimento de conteúdos e indicadores, mapeamento e construção de soluções para diferentes problemas urbanos e sociais, servindo de referência para os *policy makers* enfrentarem os desafios colocados na gestão pública. Mas os projetos também permitem a criação de ferramentas de avaliação, como o *Observatório dos Direitos do Cidadão de São Paulo*, desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com diferentes movimentos e fóruns atuantes na capital. Com projetos assim, o Pólis contribui para o processo de avaliação de políticas, visando o seu aperfeiçoamento, além de incentivar a ampliação da participação cidadã.

Com vistas a manter projetos de formação, o Instituto Pólis criou a Escola da Cidadania, espaço formativo voltado a qualificação dos movimentos sociais, ambientais e culturais, mas também de capacitação de gestores públicos em geral. O Pólis também atua prestando assessoria, oferecendo formação técnica, intervindo no debate público ocupando espaços de participação e consultas públicas.

O Mobilize Brasil é fruto dos esforços e trabalho de seu idealizador, Ricky Ribeiro. Formado em Administração Pública pela FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas) e com mestrado em Sustentabilidade em Barcelona (ESP), que ao voltar para o Brasil funda com colegas em 2003 a Associação Abaporu, organização sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que atua nas áreas de educação, cultura e cidadania. A partir da experiência obtida com a Associação Abaporu e também por viagens e contatos com diversas cidades no Brasil e exterior, além de um drama pessoal, na passagem de 2010 para 2011, Ribeiro cria o Portal Mobilize Brasil que tem por objetivo se dedicar ao debate e contribuição para a melhoria da mobilidade urbana e da qualidade de vida nas cidades brasileiras³.

³ Em 2008, aos 28 anos de idade, Ricky Ribeiro foi diagnosticado com ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica), doença degenerativa que, paulatinamente fez com que perdesse a capacidade de locomoção. Algumas informações descritas aqui foram obtidas em contato por email, mas há outras disponíveis em: <<http://www.mobilize.org.br>>.

O Mobilize surge no final do mesmo ano a partir do Estudo Mobilize 2011 publicado em outubro e de um encontro realizado pouco depois e intitulado I Fórum Mobilize, na própria FGV (desde então já são 3 fóruns organizados em parceria com essa instituição de ensino). Esse estudo é considerado a primeira radiografia a respeito da mobilidade urbana no Brasil. Ao lado das campanhas, outra importante forma de atuação do Mobilize são os dados, estudos e estatísticas que o portal consegue trabalhar, produzir, reunir e disponibilizar para qualquer usuário da internet.

Em pouco tempo, o portal tornou-se referência deste tema na sociedade brasileira. Um dos grandes méritos foi a capacidade de reunir dados que muitas áreas do poder público não conheciam. Assim, diversas prefeituras passaram a procurar o site para obter informações sobre suas próprias cidades. Algumas vezes ocorre da própria cidade recolher dados, se espelhar em análises e informações disponíveis no portal para aprimorar sua gestão de mobilidade. Por exemplo, em 2014, o prefeito de Manaus, capital do Estado do Amazonas, apresentou um plano de reestruturação das calçadas após a cidade receber a pior nota entre 13 capitais brasileiras na campanha *Calçadas do Brasil*, promovido pelo Mobilize.

Essa campanha analisava, com ajuda de diversos usuários cadastrados no site, as calçadas de algumas cidades brasileiras a partir de critérios técnicos e das leis que regulamentam seus dispositivos e aplicabilidade. A decisão da prefeitura de Manaus em rever suas calçadas pode ser encarada como um resultado satisfatório de incentivo de prática de mobilidade urbana sustentável para a pequena equipe que trabalha diretamente no Mobilize Brasil⁴. Aqui, se observa que o site acabou servindo para ampliar a insatisfação dos cidadãos a respeito de um assunto muito importante da mobilidade urbana e auxiliou em um novo projeto desenvolvido pelo poder público.

As campanhas têm sido umas das principais atividades do Mobilize Brasil, que a cada ano tem apresentado um novo tema para ser desenvolvido, pesquisado, analisado. A campanha do ano de 2013 foi voltada para a criação da ferramenta *Acompanhe a Mobilidade*, que produz e reproduz dados, indicadores, mapas, projetos e obras de mobilidade urbana de 15 capitais brasileiras. As análises nesse caso estão voltadas à quantidade relativa de ônibus acessíveis para portadores de deficiências, o número de mortes no trânsito, estrutura ciclovitária, tarifas de ônibus, extensão das redes metroviárias e rodoviárias quando existem. Além disso, também se preocupa com outros fatores como calçadas com rampas para deficientes, arborização e placas indicativas dos nomes das

⁴ Mais detalhes em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/786/ninguem-segura-ricky-ribeiro-2506.html>>. Último acesso em : 25/09/2014. Aqui também é possível notar a capacidade do portal pautar notícias na mídia tradicional, uma vez que Carta Capital é um revista de informações com circulação semanal e um das principais brasileiras em seu segmento de mercado.

ruas⁵. Embora tenha sido a campanha desenvolvida em 2013, ela continua ativa e aberta a colaborações que podem ampliar ainda mais as informações disponíveis para a sociedade em geral.

Para o ano de 2014, estão sendo desenvolvidas ações da campanha *Sinalize*, que preconiza a sinalização urbana para pessoas que circulam de bicicleta, utilizam transporte público ou mesmo pedestres que, em geral, nas cidades brasileiras não têm à disposição informações básicas de mobilidade. De acordo com informações do portal, 90% da sinalização de trânsito é voltado para os motoristas de ônibus. A campanha pretende avaliar a sinalização de trânsito com auxílio de cidadãos e usuários (práticas colaborativas) e propor mudanças na legislação para que esta esteja mais voltada aos usuários em geral e não apenas para os veículos automotores.

Apesar dessa batalha ser tratada em nível local, ou seja, nas prefeituras municipais, ela alcança o governo federal pois o trânsito é regido por leis federais como a 9503/1997 que instituiu o Código Brasileiro de Trânsito e também a 12587/2012 conhecida como Lei da Mobilidade Urbana. Assim, embora agindo localmente e de forma multiplicada, a intenção é criar instrumental legal que permita facilitar a vida dos usuários gerais em qualquer cidade do Brasil. Mesmo que as leis sejam federais, cabe ao poder público municipal implementá-las adequadamente, uma vez que a responsabilidade de trânsito e mobilidade urbana foi municipalizada recentemente.

O site reúne informações que servem tanto às instituições políticas como aos cidadãos, pois explica passo-a-passo as leis que regulam cada aspecto não só do trânsito, mas também demobilidade nas cidades. Na medida do possível esclarece sobre procedimentos de fiscalização e denúncias em cada cidade onde esta informação esteja disponível. O portal também tem proposições, pois disponibiliza aos interessados exemplos de maneiras mais adequadas de informar aos transeuntes sobre a cidade que poderiam ser reproduzidas aqui, a partir de experiências com Paris, Londres, Nova York e outras cidades. Além de estimular ações cívicas do tipo *do it yourself*, ao ilustrar, por exemplo, que os usuários de ônibus podem eles próprios escrever em um papel os ônibus que passam em determinado ponto e deixar disponível no local. Ou, ainda, a ação de cicloativistas e pedestres que pintam faixas de segurança e ciclovias nas ruas e espaços públicos, entre outros exemplos.

A atual campanha *Sinalize* ainda disponibiliza, mediante cadastro, aos pedestres, ciclistas e usuários de transporte coletivo um formulário que quando respondido e reenviado ao portal é tabulado e auxilia na formação de banco de dados e estatísticas do Mobilize. Essa ação intitulada "gincana cidadã" pretende atrair um número cada vez maior de colaboradores e, conseqüentemente, produzir mais informações sobre um número cada vez maior de localidades. Aqui se pode observar

⁵ Mais informações disponíveis em; <<http://www.mobilize.org.br/acompanhe-a-mobilidade/>>. Último acesso em: 24/09/2014.

uma das principais características da democracia contemporânea que é o empoderamento cidadão.

O Mobilize Brasil, a partir do esforço de um indivíduo, conta com uma equipe pequena mas com ampla rede de colaboradores em diversas cidades brasileiras. Seus recursos de financiamentos são oriundos de patrocínios feitos pelo Banco Itaú e pela Allianz Seguros⁶. Vale lembrar que este banco já patrocinava campanhas de mobilidade, através de incentivo e compartilhamento do uso de bicicletas, em algumas cidades brasileiras, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo.

Outra característica importante do Mobilize Brasil, é a relação estabelecida com a chamada mídia tradicional. Rapidamente as ações e estudos do portal reverberaram em espaços importantes da grande mídia. O Jornal Nacional da TV Globo, principal telejornal da TV brasileira, por exemplo, exibiu reportagem em 05/11/2011 que trata da mobilidade em grandes cidades, a partir de pesquisa feita pelo Mobilize Brasil⁷. A reportagem teve duração de 2 min e 19 segundos e pode ser considerada longa para o tempo de exposição no telejornal. Além desse espaço, a própria Rede Globo vem dando cada vez mais visibilidade ao conteúdo produzido pelo portal.

O jornal Folha de S.Paulo, jornal impresso com maior número de leitores no Brasil, também abre espaços para os estudos elaborados pelo Mobilize Brasil. A rádio CBN, umas das principais rádios de informação no Brasil (pertencente às Organizações Globo), também possui programas específicos em São Paulo e Curitiba que tratam da campanha de sinalização, desenvolvido pelo portal. TVs por assinatura como a Band News, canal de informação e telejornal, também abrem espaço para o Mobilize Brasil. Além de inúmeras outras mídias que colaboram e repercutem os estudos produzidos.

Após a apresentação e contextualização das duas entidades analisadas nesta pesquisa, passamos a aplicação do IPPI no Instituto Pólis e no portal Mobilize Brasil procurando dar forma para a contribuição que a sociedade civil organizadas, a partir do uso das TIC, tem desempenhado em novos jogos de força e exercício de pressão no desenvolvimento de políticas públicas.

Aplicação do IPPI no Instituto Pólis e Mobilize Brasil

Com base nas dimensões do IPPI detalhadas no quadro 1, foram avaliadas as características do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil. As duas instituições foram analisadas de acordo com os critérios estipulados e uma pontuação foi atribuída com o intuito de construir o IPPI de cada uma delas e ser possível obter um parâmetro de comparação.

Abaixo, o quadro 2, sistematiza as notas atribuídas a cada uma das 6 dimensões para as duas

⁶ Informações obtidas no email já citado, para mais detalhes ver nota 4.

⁷ A reportagem está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=FIVjnm3kbuk>>.

instituições avaliadas:

Quadro 2– Dimensões IPPI – Pólis e Mobilize

	Pólis	Mobilize
D1	2	3
D2	5	3
D3	5	5
D4	5	4
D5	4	3
D6	5	5
Média	4,33	3,83

Fonte: elaboração própria

Quanto à Dimensão 1 (uso dos recursos da internet), o Instituto Pólis obteve nota 2, pois tanto o site como o *Facebook* são utilizados basicamente para a divulgação de informações. Embora algumas delas sejam preparadas a partir de material audiovisual, como alguns vídeos utilizados para informação e debate de ideias sobre os usos públicos da cidade. No momento da análise foi possível ver dois vídeos sobre reciclagem e lixo e sobre direito à cidade. Entretanto o site do instituto não permite debates *online* sobre os problemas que procura incentivar na discussão. Também é possível receber uma *newsletter* mediante cadastro realizado no próprio site. Assim, dentro desta dimensão o que se percebe é a convergência midiática por parte do site, ao utilizar programas audiovisuais para divulgação de seus projetos, embora não aprofunde os mecanismos de interatividade e horizontalidade das TIC.

O site Mobilize possui mais ferramentas para os usuários se comparado com o Instituto Pólis. Há notícias, agenda de divulgação de eventos, vídeos, links para blogs de colaboradores além da informação de dados estatísticos feitos em parceria com outras entidades. Por exemplo, há a divulgação de dados estatísticos sobre trânsito, sistemas de transportes, km de estradas, modais *etc* além da avaliação de calçadas e sinalização de trânsito comparando cidades brasileiras entre si e estas com outras cidades do mundo. No site também há espaço para interação entre cidadãos, ONGs, empresas e governos, para que possam expor ideias, projetos e ações, compartilhando situações e entendimento das questões que cercam a mobilidade urbana. Devido a estes espaços maiores de interação, o site obteve nota 3.

Na avaliação da dimensão 2 (atores e capital social), o Instituto Pólis pode ser definido como uma ONG de atuação nacional, com participação em redes locais, regionais e até mesmo

internacionais. Atua diretamente dentro do campo de políticas públicas voltadas para construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. Tem experiência de 25 anos de atuação na discussão e análise de políticas urbanas, além de atuar na formação e mobilização da sociedade civil. O Instituto Pólis desenvolve projetos de estudos, formação e assessorias em políticas sociais em colaboração com outros atores sociais, redes, fóruns que protagonizam a ideia de produção de cidades com maior preocupação com o espaço e bens públicos. Também presta assessoria de orientação no trabalho de dirigentes e técnicos que operam políticas locais, além de lideranças comunitárias e entidades da sociedade civil que são mobilizadas para influenciar e participar dos processos decisórios de gestão pública e urbana. Por tudo isso, obteve a nota 5.

O site Mobilize é resultado de uma iniciativa da Associação ABAPORU, enquadrada na figura jurídica como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para atuar nas áreas de educação, cultura e cidadania que tem se envolvido em discussão sobre mobilidade urbana sustentável. Contém diversos parceiros institucionais como bancos, instituições de ensino superior (FGV), empresas de geração de conteúdo e pesquisa, outras ONGs nacionais e também internacionais. Divulga experiências e pesquisas elaboradas por suas “parceiras”. Entretanto, como não há vínculos formais com instituições públicas, obteve a nota 3.

Na avaliação da eParticipação, dimensão 3, o Instituto Pólis tem atuado em defesa da ampliação da participação democrática. Inclusive, no momento, realiza campanha contra o projeto do Congresso Nacional que pretende anular o Decreto Presidencial nº 8.243/2012 que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Também realizam campanha para a reforma política defendendo maior espaço para a participação cidadã. Obteve nota 5.

O Portal Mobilize conta com a ajuda de diversos colaboradores, por exemplo, os pertencentes às cidades em que faz a campanha *Sinalize*⁸, que procura mostrar a importância da sinalização de trânsito e seu respeito a estas regras (inclusive para pedestres) nas cidades brasileiras, como abordado anteriormente. Neste trabalho os cidadãos podem exibir reportagens, fotos para cobrar atitudes e políticas das autoridades públicas, reforçando os mecanismos de eParticipação de empoderamento cidadão. Também obteve a nota 5.

A estratégia de mobilização, dimensão 4, do Instituto Pólis obteve nota 5. Atuam em diferentes projetos nas áreas de reforma urbana, democracia e participação, inclusão e sustentabilidade e cidadania cultural, e utiliza as redes sociais para divulgar seus projetos e incentivar a participação.

Além disso, possui o Canal Pólis que divulga vídeos documentários e o canal polisdigital no

⁸Disponível em: <http://www.mobilize.org.br/campanhas/sinalize/>. Último acesso em: 22/09/14.

youtube. Envia boletim por e-mail e mantém ativas diferentes ações presenciais. Tem como característica, uma grande credibilidade junto aos órgãos públicos, sendo uma instituição de referência nas áreas que se propõe atuar. O Pólis desenvolve projetos presenciais e trabalha com especialistas qualificados em ações voltadas para a formação e acompanhamento de políticas públicas. A estratégia de mobilização pauta-se, portanto, na credibilidade construída junto aos gestores públicos e sociedade civil, o que permite ao Pólis ocupar espaços na mídia tradicional como referência nas áreas em que atua. Cursos de formação e atividades culturais também figuram como estratégias, evidenciando que o Pólis preocupa-se com ações *offline* como forma de engajamento social.

O Mobilize possui um portal bastante interativo e centra suas estratégias de mobilização nas tecnologias de comunicação e informação. Por manter seu foco de atuação concentrado na área de mobilidade urbana, consegue ser uma referência cada vez maior e respeitada nesta área. Com isso, ocupa alguns espaços em jornais, rádios e telejornais. O portal concentra informações de diferentes partes do país e divulga cursos e palestras de outras instituições que também trabalham com a mesma temática. O Mobilize possui canais de comunicação e divulgação nas redes sociais e newsletter e obteve nota 4.

A dimensão 5 procura abarcar as ações e a sua relação com as Políticas Públicas. Nessa abordagem, o Pólis concentra expertise na área de desenvolvimento urbano e conta com a colaboração de profissionais respeitados. Por conta disso, participa diretamente do processo de desenvolvimento de políticas públicas e ocupa espaços em conselhos de participação social e político. Embora o governo ainda guarde para si os processos de implementação e avaliação, o Pólis, muitas vezes, exerce pressão por acompanhar as ações e divulgá-las em seus espaços na mídia e redes sociais. Obteve nota 4.

O Mobilize não possui profissionais especializados como o Pólis, portanto não desenvolve propostas de políticas públicas em âmbito institucionais oficiais. No entanto, por concentrar sua atuação na área de mobilidade, desenvolve campanhas que exercem pressão perante o poder público, como é o caso da campanha “calçadas do Brasil”, preocupadas com as condições para a mobilidade de pedestres nas cidades. E, por conta disso, acabou gerando uma nova abordagem no tratamento deste problema na cidade de Manaus. A partir desta campanha, os gestores públicos passaram a anunciar projetos de qualificação de suas calçadas, como já observado. Como suas ações não foram diretamente adotadas pelo governo, obteve nota 3.

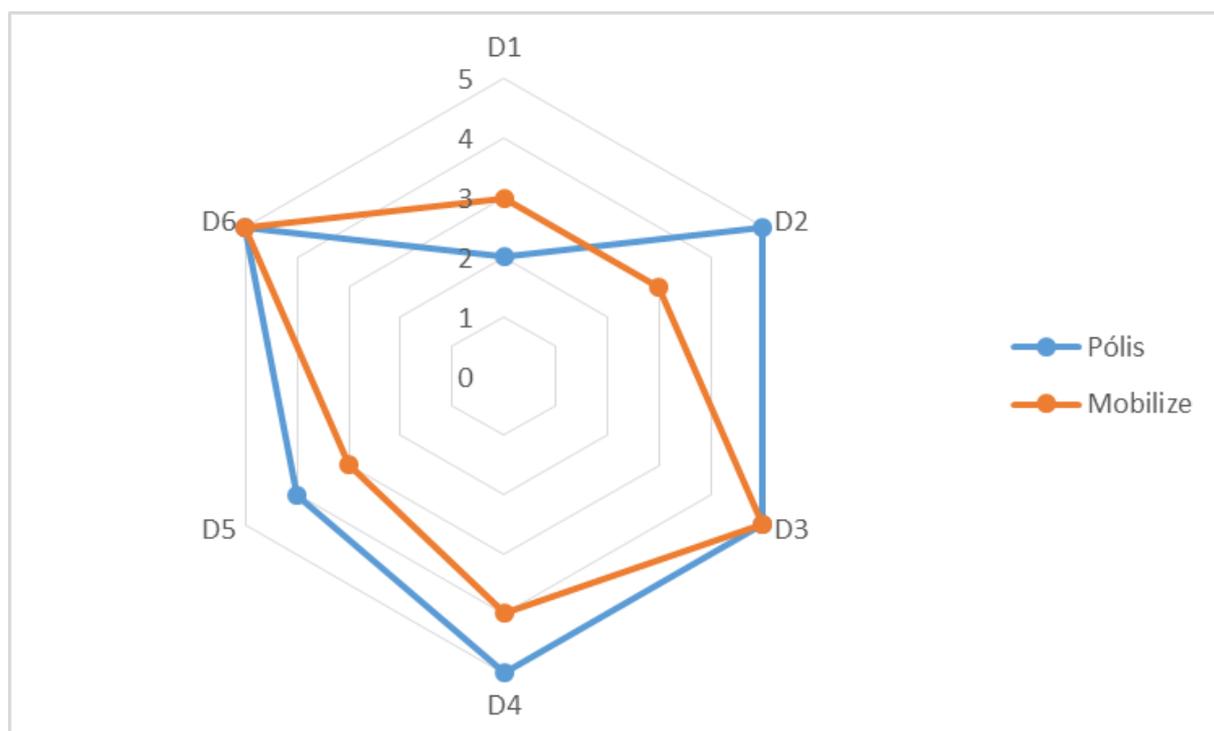
A dimensão 6 trata da repercussão que os institutos observados tiveram na mídia tradicional. O instituto Pólis como já abordado, por sua tradição, expertise, estudos e publicações acaba por avançar na mídia tradicional. É um dos fundadores e editores da revista *Le Monde Diplomatique* no Brasil. Possui ainda um canal editorial que publica estudos acadêmicos e científicos sobre os temas

desenvolvidos pelo Pólis. Além disso, alguns estudos reverberam em reportagens feitas pela mídia tradicional, obtendo nota 5.

O site Mobilize possui programas na rádio CBN em São Paulo e Curitiba, que tratam da campanha de sinalização de trânsito no Brasil. Recentemente, no dia 13 de agosto de 2014, o telejornal *Bom dia Brasil*, da *TV Globo*, fez uma reportagem sobre o estado das sinalizações de trânsito em algumas capitais no Brasil. Essa reportagem estava ancorada e citava nominalmente o Mobilize Brasil, revelando uma grande repercussão para o site que teve sua ideia reproduzida na principal emissora de TV brasileira, numa reportagem longa para o padrão televisivo com quase 8 minutos de duração⁹. Por tudo isso, obteve nota 5.

A partir da pontuação alcançada por cada uma das instituições analisadas, detalhada acima, é possível estabelecer uma comparação multidimensional entre os serviços, análise, estudos e produtos produzidos pelo Instituto Pólis e o Mobilize Brasil de forma a identificar a capacidade de influência de cada uma dessas instituições no debate político contemporâneo. O gráfico abaixo ilustra os resultados nas seis dimensões:

Gráfico 1– Dimensões IPPI – Pólis e Mobilize.



Fonte: elaboração própria

Conforme o gráfico acima apresenta, o Instituto Pólis tem um melhor desempenho geral. Somente na dimensão 1 (uso dos recursos da internet) ele tem uma pontuação menor que o

⁹Para mais detalhes, ver: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/08/pesquisa-mostra-falha-na-sinalizacao-em-13-capitais-brasileiras.html>>. Último acesso em: 28/08/2014.

Mobilize, igualando-se nas dimensões 3 (eParticipação) e 6 (repercussão na mídia).

Esses resultados podem ser explicados pela própria trajetória histórica do Pólis. Fundado em 1987, o instituto já possui uma longa experiência em suas ações políticas, contato com agentes institucionais e uma rede ampla de colaborações nacionais e internacionais. O Pólis ainda conta com uma estrutura organizacional maior que permite maior capacidade de atuação em diferentes frentes (principalmente *offline*) e mobilização de recursos.

Hoje o Instituto Pólis é uma importante referência nacional atuando nas áreas de assessoria, formação, pesquisas para governos locais e diversos órgãos da sociedade civil e movimentos sociais para formular e implementar políticas e planos nas áreas de reforma urbana¹⁰, democracia participativa, inclusão e sustentabilidade e cidadania cultural. O instituto ainda atua dentro do debate público, com envolvimento efetivo dentro dos fóruns de participação política existente.

Por outro lado, o Mobilize Brasil além de ser bem mais recente, fundado em 2011, possui uma equipe de profissionais bastante reduzida. O destaque fica para a atuação de Ricky Ribeiro, idealizador do portal e seu principal articulador. Apesar de encontrar-se acamado, com comprometimento da movimentação e da fala, segue trabalhando ativamente com auxílio da tecnologia e das pessoas que o cercam¹¹.

Nesse sentido, as TIC possibilitam que iniciativas da sociedade civil, mesmo as desenvolvidas por pessoas com limitações físicas, possam alcançar importantes resultados. Hoje o Mobilize Brasil é a principal referência brasileira no debate sobre políticas de mobilidade urbana, reunindo de forma colaborativa (dentro do espírito da web) estudos e propostas de especialistas do setor. Por conseguir ganhar legitimidade, o Mobilize consegue articular importantes atores e promover uma crescente influência sobre políticas públicas de mobilidade urbana.

O uso dos recursos da internet (dimensão 1) talvez seja o aspecto menos visível deste trabalho porque fomenta a ação, no sentido de obtenção de informação e conhecimento das possibilidades de atuação da sociedade civil em relação ao poder público instituído. Entretanto, as discussões e debates sobre políticas públicas não ocorrem necessariamente em seus sites ou no universo das TIC. Nesse sentido, a participação política pela internet ainda está longe de ser efetivada. Na dimensão 2, ambos os sites envolvem atores e relações sociais que se constituem não só no universo das TIC, mas que antes disso já eram relevantes para o universo real da política e da sociedade, principalmente o Instituto Pólis que conta em seus quadros com diversos especialistas do

¹⁰ O Pólis teve uma participação efetiva na formulação do novo Plano Diretor da cidade de São Paulo aprovado em 2014.

¹¹ Mais informações disponíveis em: <http://www.mobilize.org.br/noticias/2599/limite-uma-palavra-sem-sentido-para-ricky.html>. Último acesso em: 29/08/14.

mundo acadêmico. Assim, boa parte deste capital social foi construído fora da internet, mas em momento anterior.

A dimensão da eParticipação (dimensão 3) procura fomentar a ideia de empoderamento cidadão pois consegue transferir influência, proposições e formulação de políticas que são oriundos dos desejos e anseios cidadãos. Não fomentam uma eDeliberação mas isto se deve mais aos entraves do desenho democrático brasileiro, que não permite o desenvolvimento desse modelo de participação cidadã, do que pela ausência de propostas por estes institutos. A mobilização de ambos os grupos via TIC é significativa pois angariam presença em fóruns de discussão, conselhos políticos e acabam por influenciar gestores públicos. O Pólis, como dito anteriormente, também conta com cursos de formação e publicações, que procuram fundamentar teoricamente a participação democrática além de incentivarem campanhas sobre diferentes questões políticas.

Por conta dessas características, o Pólis consegue exercer uma influência mais significativa junto ao poder público. Seus profissionais são muitas vezes envolvidos em algum momento do processo de desenvolvimento de políticas. O Portal Mobilize Brasil, embora não tenha a tradição e perenidade junto aos órgãos públicos como o Instituto Pólis, soube centrar suas ações em um tema, o que lhe permitiu focar no desenvolvimento de conteúdos e construir uma respeitabilidade na área de mobilidade, ganhando a cada dia maior potencial de influência na área de políticas de mobilidade. Mesmo porque o tema da mobilidade ganha cada vez mais destaques nos debates a respeito das cidades brasileiras.

Durante a realização da pesquisa, foram observados vários desdobramentos de ações realizadas pelo Instituto Pólis ou pelo Mobilize Brasil que ganharam repercussão na chamada mídia tradicional. Sem dúvida, isso reforça a ideia de expertise desses grupos na esfera pública, principalmente nos temas em que eles mais atuam. A parceria que o Mobilize estabelece com rádios (CBN), por exemplo, ajuda na maior visibilidade e publicização de suas ideias e valores. A divulgação destes estudos acabam por gerar mais referências aos próprios institutos que os produzem. As publicações do Instituto Pólis também acabam por gerar conhecimento e reconhecimento acadêmico, corroborando uma outra forma de participação social.

Por fim, cabe destacar que tanto organizações mais tradicionais como o Pólis, como as mais recentes, como o Mobilize Brasil, tem no uso das TIC um novo paradigma de atuação e ferramenta de mobilização. Aliás, o Mobilize apesar de não atuar politicamente com atores institucionais, tem no ciberespaço seu principal meio de atuação, repercutindo ações para além do campo virtual.

Considerações Finais

As duas organizações escolhidas para a análise no presente estudo são importantes e significativas das relações existentes entre sociedade civil e Estado na atualidade. Ambas atuam dentro do ambiente *online* e *offline* para organizar demandas e interagirem com o poder público, em suas diferentes formas. Em que pese suas diferenças, ambas conseguem criar e desenvolver ações de participação política que repercutem nas políticas adotadas pelos governos instituídos. Foi o caso da atuação do Instituto Pólis na discussão e aprovação do Plano Diretor da cidade de São Paulo ou ainda a campanha de sinalização de trânsito desenvolvida pelo Mobilize, só para citar dois exemplos.

Vale ressaltar que todas essas mudanças na relação entre poder público e participação política provocadas, na atualidade, em grande parte pelo uso das TIC, no caso brasileiro, também se deve ao desenho institucional existente na promulgação da CF88, que criou e incentivou novos canais e possibilidades de participação social na vida política. É possível verificar a ampliação do empoderamento cidadão oriundo dos conselhos sociais que, através de discussão democrática com a sociedade civil, fizeram e fazem com que o Estado sofra pressão no sentido de atender as vozes e demandas de sua população, procurando respostas e ações políticas em diálogo com a sociedade, aumentando sua responsividade na administração pública. Ou seja, as políticas implementadas deixam de ser de uma maneira impositiva de cima para baixo como foi caracterizada em grande parte das políticas na história brasileira, mas passam a ser dialogadas com a sociedade civil (ao menos parte delas).

A evolução dos desenhos institucionais, das TIC e também o aprimoramento dos conselhos participativos (presentes em diversas áreas) tem propiciado que o próprio Estado brasileiro incorpore essas ferramentas, inclusive as TIC, na tentativa de ampliar espaços de participação cidadã, aumentando sua responsividade em relação aos anseios da população. O portal e-democracia ligado à Câmara dos Deputados (<http://edemocracia.camara.gov.br/>) pode servir como ilustração deste processo. Mais recentemente, o Executivo Federal desenvolveu um portal (<http://www.participa.br/>) que pretende aprofundar o diálogo direto com os cidadãos. Também criou o Decreto nº 8.243 que cria a Política Nacional de Participação Social. Esses exemplos ajudam a corroborar a ideia das TIs como ferramentas cada vez mais utilizadas nas práticas políticas por parte do Estado e por parte da sociedade civil.

Apesar dos impedimentos à ampliação da participação propiciados por uma série de fatores, tais como o longo processo de desinteresse pela política, o afastamento entre o Estado e a sociedade civil, os entraves burocráticos da máquina pública e a falta de informação qualificada, é possível identificar a emergência de uma nova realidade. A participação cidadã é estimulada pela presença das TIC e pelo fato de que o acesso a essas tecnologias tem sido cada vez mais ampliado.

Os grupos organizados da sociedade têm conseguido capitalizar essa realidade estabelecendo estratégias criativas, capazes de associar propostas qualificadas, desenvolvidas pelas instituições com expertise, a estratégias de mobilização massivas. Essa junção qualitativa e quantitativa no desenvolvimento de proposições e exercício de pressão tem chamado a atenção dos *policy makers*, dando forma a uma realidade que ainda deverá ser ampliada. O caso do Instituto Pólis e do Portal Mobilize são expressões pontuais de um fenômeno mais amplo que tem se desenvolvido na *Sociedade em Rede*.

Ao tomar para si, a responsabilidade de contribuição para o *fazer público*, a sociedade civil organizada dá poderes aos cidadãos ao fazer com que eles contribuam para a decisões políticas que afetarão diretamente suas vidas diárias. Através da geração de conteúdo sobre mobilidade urbana sustentável (Mobilize Brasil) ou participação social (Pólis) para citar apenas dois exemplos, as organizações aqui analisadas auxiliam a promoção do debate sobre diversos temas, na disseminação de uma cultura política mais participativa e também na pressão exercida sobre governos em prol de implementação de políticas públicas que efetivamente façam jus à preocupação pública de todos os cidadãos. Para isso, também é importante ressaltar a articulação estabelecida entre esses grupos e a mídia tradicional que ajuda na repercussão de seus estudos aumentando ainda mais a visibilidade dos mesmos.

A avaliação desses dois casos com o objetivo de dar forma ao IPPI pode servir de parâmetro para que novas estratégias sejam adotadas pela sociedade civil organizada e, principalmente, para que pesquisadores possam qualificar seu olhar para as múltiplas dimensões envolvidas no complexo fenômeno da ciberpolítica. Espera-se que esse trabalho possa despertar o interesse de outros estudiosos e pesquisadores sobre o tema, de forma a ampliar e desenvolver o debate a respeito da relação entre a sociedade civil e o Estado, bem como a necessidade e a possibilidade de se exercer pressão no processo de desenvolvimento de políticas públicas.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Rafael. A. de P.; SANTOS, Marcelo. B.; PENTEADO, Claudio. L. 2013a "Mobilização social e sociedade civil em São Paulo: construção do índice de participação política", Ponencia apresentada em V Congresso da Compolítica, (Compolítica), 8 al 10 de maio.

ARAÚJO, Rafael. A. de P.; PENTEADO, Claudio. L.; SANTOS, Marcelo. B. (2013b) "Democracia digital e experiências de eParticipação: construção do Índice de Participação Política e Influência no ciclo de Políticas Públicas", Ponencia apresentada em 37º Encontro anual da ANPOCS, (ANPOCS), 23 al 27 de outubro.

BARBA, Carmen Haro; BLANCO, Víctor Sampedro 2011 "Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M" en *Teknokultura - Revista de Cultura Digital y*

Movimientos Sociales (Madrid) V 8, N° 2.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos 1999 *Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. Sociedade e estado em transformação* (São Paulo: UNESP/ENAP).

CASTELLS, Manuel 1999 *A sociedade em rede* (São Paulo: Editora Paz e Terra) vol. 1.

_____ 2013a *Communication power* (Oxford/New York: Oxford University Press).

_____ 2013b *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor).

DAHLGREN, Peter 2005 "The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation" en *Political Communication* (Washington - DC) V 22, N°2.

DIANI, Mario (2003) "Social Movements, Contentious Actions and Social Networks: 'From Metaphor to Substance' "? en DIANI, M. & McADAM, D. (orgs) *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action* (Oxford/New York: Oxford University Press).

FREEMAN, Julie; QUIRKE, Sharna (2013) "Is E-Democracy a Myth?" Ponencia apresentada en: Conference for E-Democracy and Open Governement.

GOMES, Wilson 2011 "Participação política online: questões e hipóteses" 2011 en MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. *Internet e Participação Política no Brasil* (Porto Alegre: Editora Sulina).

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela 2006 "Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade" en *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V 21, N° 60.

MACINTOSCH, Ann (2004) "Characterizing e-participation in policy-making" Ponencia apresentada en el 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences , 2004.

MAIA, Rousiley 2011 "*Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política*" en MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. *Internet e Participação Política no Brasil* (Porto Alegre: Editora Sulina).

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil (2011) *Internet e Participação Política no Brasil* (Porto Alegre: Editora Sulina).

MEDAGLIA, Rony 2011 "eParticipation research: Moving characterization forward (2006–2011)" en *Government Information Quarterly*. V 29, N° 3.

MEIJER, A.; BURGER, N.; EBBERS, W. (2009) "Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet" en *Electronic Journal of e-Government* . V 7, N° 1.

MOISÉS, José Álvaro 2010 *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* (São Paulo: EDUSP).

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO Rachel 2013 *A desconfiança política e os seus impactos da Qualidade da Democracia* (São Paulo: EDUSP).

PARRA, Henrique 2013 "Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a

resistência” en *Revista Pensata* V 3, Nº 1.

PASSY, Florence 2003 "Social Networks Matter But How?" en DIANI, M. & McADAM, D. (orgs) *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action* (New York: Oxford University Press).

PENNEY, Joel; DADAS, Caroline 2014 "(Re) Tweeting in the service of protest: Digital composition and circulation in the Occupy Wall Street movement” en *New Media & Society*(Chicago) V. 16, Nº 1.

PERREIRA, Marcus A (2011) "Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital”, Ponencia apresentada en el IV Encontro da Compolítica, (Compolítica), 15 al 15 abril.

PUTNAM, Robert. D. 2006 *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas), 5ª ed.

RECUERO, Raquel 2012 "O Capital Social em Rede: Como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social” en *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura* (Salvador) V. 10, Nº 3.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy E.; LAYTON, Matthew L.; PEREIRA, Frederico B. 2011 *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania* (São Paulo: Intermeio; Nashville: LAPOP).

SANTOS, Marcelo. B.; PENTEADO, Claudio. L.; ARAÚJO, Rafael. A. de P (2013) “Sociedade Civil y participación ciudadana en São Paulo”, Ponencia apresentada en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), 25 al 27 de septiembre.

SCHERER-WAREN, Ilse 2006 "Das mobilizações às redes de movimentos sociais” en *Revista Sociedade e Estado* (Brasília) V. 21, Nº 1.

SEGURADO, Rose 2014 "Multitude and webactivism in the city of São Paulo”, Ponencia apresentada en el Congresso Internacional da International Political Science Association, (IPSA), 19 al 24 julho.

SUBIRATS, Joan *¿Otra sociedad, Otra política? – De “no nos representan” a la democracia común* 2011 (Icara Editorial: Barcelona, 2011).

TAMBOURIUS, E., MACINTOSH, A. COLEMAN, S.; et al. 2007 "Introducing eParticipation: DEMO_net Consortium. IST Network of Excellence Project” <http://www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing_eParticipation_DEMONet_booklet_1.pdf>.

TAYLOR-SMITH, Ella; LINDNER, Ralf (2010) "Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle” Ponencia apresentada en el: 4th International Conference on Electronic Democracy, (Centre for E-Government).

WILSON, C. & DUNN, A (2011) "Digital Media in the Egyptian Revolution: Descriptive Analysis from the Tahrir Data Sets” en *International Journal of Communication* (Los Angeles), nº 5, 2011.